

**PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –
PETROLUSA**

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2017 E 2016

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**PETROLUSA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado do exercício	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores da
Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S/A –
PETROLUSA Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S/A - PETROLUSA (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S/A - PETROLUSA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa abstenção de opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Em nossa visão, os principais assuntos de auditoria são:

- a. Provisões para contingências e Parcelamento Especial (notas explicativas 11 e 13)



Rua Paula Rodrigues, 173 A
Bairro de Fátima – Fortaleza CE.
Fixo: (85) 3295.9685
Cel.: OI (85) 98733.8680
barros@barrosauditoria.com.br

A Companhia está envolvida em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais. As estimativas de perda são avaliadas pela administração periodicamente e levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

As provisões para contingências envolvem julgamento do consultor jurídico e da Administração e dependem do estágio de cada processo e da jurisprudência, que podem mudar com o passar do tempo. Essa área foi um dos focos de nossa auditoria em função do grau de julgamento nas estimativas, que podem levar a efeitos significativos sobre a posição patrimonial e financeira e desempenho das operações.

Para responder ao risco dessa estimativa, efetuamos os seguintes procedimentos:

- 1) Indagação à administração sobre discussões e processos judiciais;
- 2) Solicitamos e obtivemos confirmações de informações diretamente dos advogados externos da Companhia e comparamos com a estimativa da administração;
- 3) Analisamos e discutimos, conforme apropriado, a classificação da avaliação de perda de processos judiciais nos exercícios de 2016 e 2017, a fim de observar sua consistência.

Em decorrência da aplicação de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que as provisões e as divulgações efetuadas são consistentes com as informações e documentos obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentados para fins comparativos foram auditados por outros auditores, que emitiram relatório sem ressalva datado de 10 de fevereiro de 2017, com as mesma ênfase e incerteza quanto ao valor registrado de parcelamento especial instituído pela Lei nº 11.941/09 (Refis IV) que foi consolidado no exercício de 2017 e os ajustes registrados contra o resultado do exercício.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações



Rua Paula Rodrigues, 173 A
Bairro de Fátima – Fortaleza CE.
Fixo: (85) 3295.9685
Cel.: OI (85) 98733.8680
barros@barrosauditoria.com.br

contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2018

BARROS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-CE 001340/O-9



JOSÉ DA SILVA BARROS
CONTADOR CRC-CE
009280/O-8

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. - PETROLUSA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2017 e 2016

1896

6

ATIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016	PASSIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.726	14.623	Fornecedores e outras contas a pagar	10	315	188
Contas a receber	5	972	816	Obrigações sociais e tributárias	11	569	663
Estoques	6	560	594	Parcelamentos de tributos	12	96	96
Tributos a recuperar	7	719	-	Dividendos a pagar	13	177	358
Outros créditos		<u>47</u>	<u>54</u>	Outros		<u>12</u>	<u>14</u>
Total do circulante		16.024	16.087	Total do circulante		1.169	1.319
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	14	2.320	2.320	Provisão para riscos tributários, civeis e trabalhistas	14	2.320	2.320
Investimentos	8	133	138	Parcelamentos de tributos	12	<u>714</u>	<u>433</u>
Imobilizado	9	<u>229</u>	<u>260</u>	Total do não circulante		3.034	2.753
Total do não circulante		2.682	2.718	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	6.893	6.893
				Ações em tesouraria	15	(12)	(12)
				Reserva de lucros	15	<u>7.622</u>	<u>7.852</u>
				Total do patrimônio líquido		14.503	14.733
Total do Ativo		<u><u>18.706</u></u>	<u><u>18.805</u></u>	Total do Passivo e Patrimônio líquido		<u><u>18.706</u></u>	<u><u>18.805</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. - PETROLUSA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017
e 2016 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	<u>10.42</u> <u>8</u>	<u>11.54</u> <u>1</u>
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	17	(8.084)	(8.923)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		<u>2.344</u>	<u>2.618</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Vendas	18	(765)	(828)
Administrativas	19	(3.050)	(2.735)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>(23</u> <u>4)</u>	<u>(18</u> <u>9)</u>
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS FINANCEIRAS)LÍQUIDAS E IMPOSTOS		<u>(1.70</u> <u>5)</u>	<u>(1.13</u> <u>4)</u>
Receitas financeiras	20	1.379	1.897
Despesas financeiras	20	(4)	(5)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(330)</u>	<u>758</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	(287)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(330)</u>	<u>471</u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - Básico (em R\$)		(0,15)	0,21
Resultado por ação - Diluído (em R\$)		(0,15)	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. - PETROLUSA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de		Lucros acumulados	Total
			lucros Legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.893	(12)	950	6.510	-	14.341
Reversão de dividendos	-	-	-	33	-	33
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	471	471
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reserva legal	-	-	24	-	(24)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	335	(335)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(112)	(112)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.893	(12)	974	6.878	-	14.733
Reversão de dividendos	-	-	-	100	-	100
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(330)	(330)
Absorção de prejuízo	-	-	-	(330)	330	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.893	(12)	974	6.648	-	14.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. -**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO CAIXA**Exercícios findos em 31 de dezembro de
2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(330)	471
Atualização de parcelamento	397	-
Depreciação e amortizações	<u>31</u>	<u>31</u>
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	98	502
(Aumento) redução do ativo		
operacional Contas a receber	(156)	93
Estoques	34	203
Tributos a recuperar	(719)	3
Outros ativos circulantes	7	(3)
Aumento (redução) do passivo		
operacional Fornecedores e outras contas a pagar	127	(13)
Obrigações sociais e tributárias	(94)	(157)
Parcelamentos de tributos	(116)	(108)
Outros	<u>(2)</u>	<u>(25)</u>
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	(919)	(7)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>(821)</u>	<u>495</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	-	(1)
Baixa de investimento	<u>5</u>	<u>-</u>
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	5	(1)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos pagos	<u>(81)</u>	<u>(223)</u>
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(81)	(223)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	<u>(897)</u>	<u>271</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14.623	14.352
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	13.726	14.623
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	<u>(897)</u>	<u>271</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. -**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR
ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-
	<u>13.83</u>	<u>15.27</u>
	<u>7</u>	<u>0</u>
	13.837	15.270
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.887)	(6.745)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.95)	(1.49)
	<u>5</u>	<u>7</u>
	(7.842)	(8.242)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>5.995</u>	<u>7.028</u>
Depreciação e amortização	(31)	(31)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>5.964</u>	<u>6.997</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>1.379</u>	<u>1.897</u>
Receitas financeiras	1.379	1.897
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>7.343</u>	<u>8.894</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	<u>3.449</u>	<u>3.543</u>
Remuneração direta	3.054	3.060
Benefícios	210	194
FGTS	185	289
Impostos, taxas e contribuições	<u>4.220</u>	<u>4.875</u>
Federais	2.053	2.504
Estaduais	2.122	2.323
Municipais	45	48
Remuneração de capitais de terceiros	<u>4</u>	<u>5</u>
Juros	4	5
Remuneração de capitais de terceiros	<u>(330)</u>	<u>471</u>
)	
Lucros retidos (prejuízos)	(330)	359
Dividendos	-	112
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	<u>7.343</u>	<u>8.894</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

1. Informações gerais

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 1967, atualmente com sede social na Rua Amâncio Filomeno, nº 199, Mucuripe, cidade de Fortaleza, Ceará, é uma sociedade de capital aberto domiciliada no Brasil. A Companhia tem como objetivo social preponderante a fabricação e a comercialização de solventes, graxas, massa plástica, massa corrida (PVA), fluidos para freios, pulver oil (óleo para pulverização) e laca seladora.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, prevista na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638 e da Lei nº 11.941 e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2018.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis –
continuação**

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros.

A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos e mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

3 Resumo das principais práticas contábeis –

c) Ativos

financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber”.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 5.

Compensação de instrumentos financeiros

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

3 Resumo das principais práticas contábeis –

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

3 Resumo das principais práticas contábeis –

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para redução ao valor de recuperação (*impairment*).

e) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Imobilizado

Reconhecimento e

mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Depreciação

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

3 Resumo das principais práticas contábeis –

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

3 Resumo das principais práticas contábeis –

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

h) Propriedade para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou no fornecimento de produtos ou serviços, ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado ou estoque, seu valor justo apurado na data da reclassificação torna-se seu custo para a contabilização subsequente.

i) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

3 Resumo das principais práticas contábeis –

custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

3 Resumo das principais práticas contábeis –

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

l) Distribuição de dividendos

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo Adicional Proposto”. Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

m) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

3 Resumo das principais práticas contábeis –

financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. São reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2017</u>	—	<u>2016</u>
Caixa	7		9
Bancos conta movimento	82		119
Certificado de depósito bancário – CDB	<u>13,637</u>	—	<u>14.495</u>
Total	<u>13.726</u>		<u>14.623</u>

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e apresentaram taxa média de 100% do CDI.

5. Contas a receber

	<u>2017</u>	—	<u>2016</u>
Duplicatas a receber	1.207		1.050
Cheques em cobrança	22		23
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(257)</u>	—	<u>(257)</u>
Total	<u>972</u>		<u>816</u>

As contas a receber têm os seguintes prazos de vencimento:

	<u>2017</u>	—	<u>2016</u>
Vincendos	874		702
Vencidos			
Até 30 dias	34		61
De 31 a 60 dias	12		5
De 61 a 90 dias	6		10
De 91 a 120 dias	1		24
De 121 a 180 dias	5		14
De 181 a 360 dias	1		3
Mais de 360 dias	<u>274</u>	—	<u>231</u>
	<u>1.207</u>		<u>1.050</u>

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa com base na análise individualizada da carteira de clientes, considerando a expectativa de realização dos títulos.

6. Estoques

	<u>2017</u>	—	<u>2016</u>
Matérias primas	222		259
Materiais de embalagem	234		226
Produtos acabados	95		97
Outros	<u>9</u>	—	<u>12</u>
Total	<u>560</u>		<u>594</u>

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

7. Investimentos

Participação em outras sociedades

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Petrolusa Refinadora de Óleos Ltda.	41	41
Perdas estimadas em investimentos	<u>(41)</u>	<u>(41)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

A investida Petrolusa Refinadora de Óleos Ltda. encontra-se inativa e em processo de baixa do seu registro na Receita Federal do Brasil, motivo pelo qual a Companhia constituiu perdas estimadas em investimentos no valor correspondente.

Outros investimentos

A Companhia adquiriu, em 21 de agosto de 2013, Títulos de Capitalização junto ao Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 10 (R\$ 15 em 2017).

Propriedade para investimentos

O Pronunciamento Técnico CPC 28 (Propriedades para Investimento) define que as propriedades que sejam mantidas pela Companhia com o objetivo de auferir renda de aluguel ou para valorização do capital caracterizam-se como propriedades para investimento. Por este motivo, a Administração da Companhia definiu que alguns de seus imóveis serão destinados à obtenção de renda por meio de aluguel e valorização de capital, sendo vedada a sua venda. A decisão de tornar alguns ativos em bens destinados à obtenção de renda vem da estratégia da Administração em manter fluxos de caixas contínuos e perenes capazes de suportar os gastos fixos da Companhia de forma que os resultados de sua atividade principal sejam refletidos da melhor forma possível.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Terreno – Recife	124	124
Edificações – Recife	79	79
Depreciação Edificações – Recife	<u>(79)</u>	<u>(79)</u>
Total	<u>123</u>	<u>123</u>
Valor justo da propriedade para investimento	580	580

A Administração da Companhia optou por manter o registro das propriedades para investimentos pelo método de custo, adicionalmente, assim como também optou pela não divulgação nas demonstrações contábeis o valor justo destas propriedades para investimentos.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

8 Imobiliza

	2016			2016			
	Taxa de Depreciação	Depreciação Acumulada	Total líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Total líquido	
	Depr. c.	Custo					
Terrenos		19	-	19	19	-	19
Edificações	4%	1.203	1.010	193	1.203	989	214
Instalações	10%	758	759	-	758	758	-
Máquinas e equipamentos	10%	578	572	5	578	571	7
Móveis e utensílios	10%	295	284	12	295	279	16
Computadores e periféricos	20%	156	155	-	156	152	4
Veículos	25%	1.358	1.358	-	1.358	1.358	-
Total		4.367	4.138	229	4.367	4.107	260

A movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo 31/12/2015	4.369	4.079	290
Adições/Depreciação	(2)	28	(30)
Saldo 31/12/2016	4.367	4.107	260
Adições/Depreciação	-	31	(31)
Saldo 31/12/2017	4.367	4.138	229

A Companhia realizou revisão das taxas de depreciação e tempo de vida útil destes bens, sendo mantidas as taxas de depreciação utilizadas anteriormente.

9. Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores diversos	315	188
Total	315	188

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente de insumos, sem a incidência

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

8 Imobiliza

de encargos financeiros, com prazo previsto de liquidação entre 7 e 60 dias, não havendo títulos vencidos.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

10. Obrigações sociais e tributárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão para férias	153	172
INSS/FGTS	160	166
ICMS	99	128
IPI	36	41
PIS/COFINS	55	78
Outros tributos	<u>66</u>	<u>78</u>
Total	<u><u>569</u></u>	<u><u>663</u></u>

11. Parcelamento de tributos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>7</u>	<u>6</u>
Parcelamento – Lei 10.684/2003	96	96
Provisão PAES	<u>714</u>	<u>433</u>
Total	<u><u>810</u></u>	<u><u>529</u></u>
Circulante	96	96
Não circulante	714	433

Em junho de 2003, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Paes), nos termos da Lei nº 10.684/03. A Companhia não concordou com a consolidação dos débitos tributários realizados pela Receita Federal do Brasil, motivando questionamentos administrativos.

Em novembro de 2009, a Companhia optou pela migração dos débitos incluídos no Paes para o parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, a qual estabelece condições de redução de multas e encargos moratórios. Em fevereiro de 2017 a Secretaria da Receita Federal consolidou o débito da Companhia e o saldo do parcelamento foi ajustado com o registro de encargos de atualização monetária no montante de R\$ 397.

12. Dividendos a pagar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Relativo ao exercício de 2013	-	-
Relativo ao exercício de 2014	65	99
Relativo ao exercício de 2015	82	65
Relativo ao exercício de 2016	30	82
Relativo ao exercício de 2017	<u>-</u>	<u>112</u>
Total	<u><u>177</u></u>	<u><u>358</u></u>

Em virtude de a Administração da Companhia não ter conhecimento da localização de parte dos acionistas e não haver manifestações por parte destes, os dividendos são mantidos em provisão por três anos e, posteriormente, revertidos ao patrimônio líquido, conforme determinado no estatuto da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

13. Provisões para risco cíveis, tributários e

trabalhistas Provisão com probabilidade de

perda provável

A Companhia mantém provisão para contingências tributárias passivas, julgada suficiente pelos assessores jurídicos, as quais estão integralmente cobertas por depósitos judiciais, conforme a seguir:

	<u>201</u>	<u>201</u>
	<u>7</u>	<u>6</u>
IPI sobre insumos	2.035	2.035
COFINS	180	180
Seguro sobre acidente de trabalho – SAT	<u>105</u>	<u>105</u>
Total		2.320
	<u>2.32</u>	
	<u>0</u>	
Depósitos judiciais		2.320
	<u>2.32</u>	
	<u>0</u>	

13. Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas – continuação

A Companhia foi autuada pelo Fisco Federal, no exercício de 1992, em matéria referente ao recolhimento do IPI, do PIS e da COFINS, realizando o depósito judicial por meio de depósito judicial dos montantes envolvidos na autuação. No entanto, a Companhia optou pela desistência do processo em virtude da adesão ao programa de parcelamento instituído pelo Governo, no entanto, optou por não realizar a baixa dos saldos relacionados aos montantes depositados judicialmente.

Processos com probabilidade de perda possível

A companhia possui causas de natureza tributária relativas à contestação de irregularidades de pedidos de compensação e solicitação de restituição do imposto de renda de exercícios anteriores que montam R\$ 1.008 (R\$ 1.008 em 2016). Os assessores jurídicos da Companhia indicaram a probabilidade de perda possível para estas causas.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital autorizado é composto por 12.000.000 de ações nominativas, não endossáveis e sem valor nominal, das quais 2.250.000 ações foram subscritas e integralizadas:

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

	<u>Autorizado</u>	<u>Integralizadas</u>
Ordinárias	3.000.000	496.437
Preferenciais		
Classe “A”	2.000.000	226.530
Classe “B”	3.000.000	538.663
Classe “C”	<u>4.000.000</u>	<u>988.370</u>
Total	<u>12.000.000</u>	2.250.000

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

14. Patrimônio líquido – continuação

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam dos seguintes benefícios:

- a) Prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, sem prêmios.
- b) Participação, sem restrições, nos aumentos de capital, decorrentes de incorporação de reservas.

b) Ações em tesouraria

A Companhia efetuou a recompra de 79 (setenta e nove) mil ações representativas de seu capital social, com o objetivo de permanência em tesouraria, visando a maximizar a geração de valor para os acionistas na eventualidade de cancelamento das mesmas.

c) Distribuição de dividendos

Aos acionistas está assegurada a destinação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme legislação em vigor e em observância às disposições estatutárias.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>7</u>	<u>6</u>
Prejuízo líquido do exercício	(330)	470
Reserva legal – 5%	-	24
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	<u>(330)</u>	<u>446</u>
)	
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>-</u>	<u>112</u>
Dividendos por ação	<u>-</u>	<u>0,0497</u>

15. Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Venda de produtos	13.867	15.342
Devoluções	(30)	(72)
Impostos	<u>(3.409)</u>	<u>(3.729)</u>
Receita operacional líquida	<u>10.428</u>	<u>11.541</u>

16. Custo dos produtos vendidos

	<u>2016</u>	<u>2016</u>
Materiais	<u>5.821</u>	<u>6.620</u>
Pessoal	1.265	1.253
Encargos sociais	531	591
Depreciação	31	30

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

Outros custos	<u>436</u>	—	<u>429</u>
	<u>8.084</u>		8.923

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

17. Despesas com vendas

	<u>2017</u>	—	<u>2016</u>
Pessoal	288		273
Encargos sociais	89		100
Comissões	319		349
Outras despesas	<u>69</u>	—	<u>106</u>
	<u>765</u>		<u>828</u>

18. Despesas administrativas

	<u>2017</u>	—	<u>2016</u>
Pessoal	1.197		1.203
Encargos sociais	265		314
Serviços de terceiros – PJ	526		504
Despesas com consultoria	227		258
Outras despesas	<u>835</u>	—	<u>456</u>
	<u>3.050</u>		<u>2.735</u>

19. Resultado financeiro líquido

	<u>2017</u>	—	<u>2016</u>
Receitas financeiras			
Rendas de aplicações financeiras	1.358		1.872
Juros ativos	11		19
Outras	<u>10</u>	—	<u>6</u>
	1.379		1.897
Despesas financeiras			
Abatimentos	(4)		(5)
Encargos	<u>-</u>	—	<u>-</u>
	<u>(4)</u>		<u>(5)</u>
	<u>1.375</u>		<u>1.892</u>

20. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

20. Imposto de renda e contribuição social –

continuação A Companhia registrou lucro real

conforme apresentado abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo líquido antes do imposto de renda	(330)	674
(+) Adições	-	259
(-) Exclusões	-	-
Lucro real	(330)	933
Imposto de renda	-	204
Contribuição social	-	83

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação a contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínuas. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

A Companhia não operou com derivativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Composição dos saldos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados.

	Sald o contá bil em 2017	Valor justo (não auditado) em 2017	Sald o contá bil em 2016	Valor justo (não auditado) em 2016
Caixa e equivalentes de caixa	13.726	13,726	14.623	14.623
Contas a receber de clientes	972	972	816	816
Fornecedores	315	315	188	188

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. –

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras foram avaliadas com base no valor das cotações de mercado desses títulos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

21. Instrumentos financeiros – continuação

Estoques

A Companhia efetuou o levantamento do valor de mercado de itens em estoque com base no valor de venda efetiva ou com as expectativas do valor de venda, consoante as regras de preços praticadas no mercado.

Concentração de risco de crédito

As contas a receber estão pulverizadas em diversos clientes, resguardando a Companhia dos riscos relacionados à concentração de créditos.

22. Seguros

A Companhia mantém seguro contra incêndio para os bens do imobilizado e estoques. As coberturas foram determinadas pela administração em função dos riscos envolvidos.